



## Prevalência de doenças ocupacionais em professores de uma instituição de ensino superior do Vale do Itajaí-SC

### Prevalence of occupational diseases among teachers at a higher education institution in the Vale do Itajaí region of Santa Catarina

LEONEL DE ALENCAR MORENO<sup>1</sup>; MARIA APARECIDA FLORÊNCIO DIAS<sup>2</sup>; JAMIR SARDÁ JUNIOR<sup>3</sup> & ISRAEL DOMINGOS DIAS<sup>4</sup>

1 Psicólogo pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. E-mail: lamo\_reno@hotmail.com.

2 Psicóloga pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. E-mail: mariaflor208@gmail.com.

3 Professor do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí - Univali. E-mail: jamirsarda@hotmail.com.

4 Aluno do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí - Univali. E-mail: msn.israel@hotmail.com.

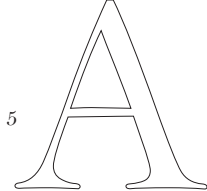
**RESUMO:** Há uma importante prevalência de doenças ocupacionais associadas às diversas atividades laborais. Docentes do ensino superior também são acometidos por doenças ocupacionais, todavia, há necessidade de mais pesquisas sobre o assunto. O presente trabalho investigou a prevalência de doenças ocupacionais em docentes de uma universidade localizada no Vale do Itajaí-SC, durante o período de 2013 a 2014, e os fatores associados a estas doenças, comparando-os com a literatura. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, utilizando para a coleta de dados um questionário eletrônico, disponibilizado por meio de *link on-line* a todos participantes. Cinquenta e sete docentes responderam ao questionário. Os dados foram analisados por meio de análises de frequência e correlações. Os resultados indicam que os docentes têm uma jornada de trabalho de 44 horas em média, uma idade média de 42 anos, atuando aproximadamente há 17 anos na docência. A prevalência de hipertensão e cefaleia foi de 16% e de dorsalgia foi de 49%. Os professores também apresentam com frequência sintomas de ansiedade, depressão, estresse e distúrbios do sono. A presença de doenças e sintomas psíquicos reportados pelos docentes confirma as evidências descritas na literatura, ratificando que o exercício de determinadas atividades laborais pode ser um fator concausal na etiologia de doenças. Os resultados deste estudo podem fornecer subsídios para que as Instituições de Ensino Superior desenvolvam estratégias de promoção à saúde e aos métodos preventivos ou curativos das doenças ocupacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Doenças ocupacionais. Ensino superior. Saúde do trabalhador.

**ABSTRACT:** There is a high prevalence of occupational diseases associated with various work activities. Higher education teachers are also affected by occupational diseases, however, there is little research on the subject. This study investigates the prevalence of occupational diseases among teachers of a university in the Valley of Itajaí, Santa Catarina, during the period 2013-2014, and the factors associated with these diseases, comparing them with the literature. This is a quantitative study, using an electronic questionnaire that was made available to the participants through an

online link. Fifty-seven teachers answered the questionnaire. The data were analyzed using frequency analysis and correlations. The results show that the teachers work 44 hours a week, on average, have an average age of 42 years, and have worked in teaching for around 17 years. The prevalence of high blood pressure and headaches was 16%, and 49% of the participants reported back pain. The teachers also reported frequent symptoms of anxiety, depression, stress and sleep disorders. The presence of psychological disorders and symptoms reported by the teachers confirms the evidence described in the literature, corroborating the view that the exercise of certain professional activities may be a concausal factor in the etiology of diseases. The results of this study may provide support for higher education institutions to develop strategies for health promotion and methods of prevention or cure of occupational diseases.

**KEYWORDS:** Occupational diseases. Higher education. Worker health.



## INTRODUÇÃO

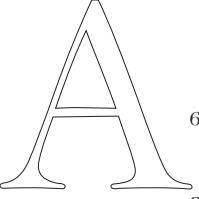
Em nossa sociedade, o trabalho pode ser um espaço gerador de autoestima, desenvolvimento de habilidades, desenvolvimento pessoal e de interação social, o que o torna um espaço de constituição da história individual e social do homem. Entretanto, a atividade laboral pode contribuir para alterações na saúde, gerar doenças associadas a ela, comprometendo a saúde física e mental (ARAÚJO *et al.*, 2005).

Existem questões sociais, econômicas, políticas, culturais, étnico-raciais, psicológicas e comportamentais implicadas em problemas de saúde e riscos numa população. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece que os fatores psicossociais e o estresse relacionado à atividade laboral são riscos emergentes e estão relacionados com as novas características do mundo do trabalho. Estes seriam, de maneira geral, os fatores determinantes mais frequentes associados ao desenvolvimento de doenças ocupacionais (OIT, 2010). O Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), por sua vez, considera duas condições para os acidentes e morbidades: a doença profissional desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar à determinada atividade e a doença do trabalho que é adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado, estando diretamente relacionada a este (BRASIL, 2007).

O Ministério do Trabalho e Previdência Social, no artigo 337, parágrafo 1º, propôs a adoção de um importante mecanismo auxiliar para a caracterização de um acidente ou doença do trabalho. O Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NETEP) foi estabelecido a partir do cruzamento das informações do Código de Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e do Código da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) a partir de dados extraídos do banco de dados da Previdência Social. Essa Portaria estabelece a existência de uma relação entre a lesão ou agravo e a atividade laboral ou condições de trabalho desenvolvidas pelo trabalhador (BRASIL, 2007).

Outros estudos também reconhecem que, em decorrência das mudanças no modo de produção, as doenças ocupacionais têm aumentado em diversas atividades laborais, a saber, em bancários, setor têxtil, agroindústria (CRUZ; SARDÁ, 2012). Dentre os docentes, a situação não é muito diferente, mas, neste caso, há especificidades. Codo (2004) relata um maior envolvimento afetivo dos docentes em seu labor, quando comparados com os trabalhadores de outros setores da indústria. Da mesma forma, Lima e Filho (2009) descrevem estudos que revelam adoecimento entre os docentes, bem como a necessidade de intervenções nas suas condições laborais. Todavia, a prevalência de doenças ocupacionais em docentes tem sido pouco abordada pelas Instituições de Ensino Superior (CODO, 2004).

A atividade de docência no ensino superior, como qualquer ambiente laboral, tem passado por muitas transformações. A globalização e a revolução tecnológica promoveram reformas educacionais, resultando em modificações significativas na estruturação e na valorização social da atividade docente. Houve um aumento de responsabilidades sem a oferta de suporte e condições laborais apropriadas a essas novas demandas, favorecendo o desgaste biopsíquico do educador (ARAÚJO *et al.*, 2005). Nesta perspectiva, Bosi (2007) enfatiza que o modo de produção vigente demanda um aumento da qualidade e da produtividade no atual momento neoliberal e de globalização. Assinala, também, a inserção da comercialização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para Bosi (2007), em função das transformações e das novas tecnologias, a rotina de trabalho de docentes das Instituições de Ensino Superior modificou-se e socioeconomicamente



umentaram as exigências, expondo-os a trabalhos fatigantes com menos tempo de lazer e convívio familiar, deixando-os vulneráveis ao sofrimento e ao adoecimento.

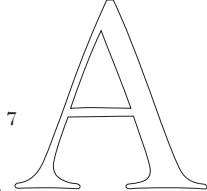
Pellegrini *et al.* (2010) mencionam que diversos estudos descrevem que as frequentes mudanças ocorridas nos ambientes de trabalho ocasionam mudanças no meio psicossocial, atuando como precipitador de doenças, e a universidade é um campo que passa por constantes mudanças, seja pelas políticas educacionais, pelo avanço tecnológico ou pelos fatores econômicos. Já Caran *et al.* (2011) mencionam como principais fatores psicossociais de riscos para adoecimento em docentes de uma universidade pública: sobrecarga, principalmente mental; estresse; pressão; relações interpessoais conflituosas; competição entre docentes; orientação acadêmica; atividades de graduação e pós-graduação; prazos curtos e excesso de atividades.

Notadamente, o exercício da docência tem suas peculiaridades e determinadas condições de trabalho podem contribuir para o aparecimento de determinadas doenças. Para Lima e Filho (2009), as leis e as lógicas de mercado cada vez mais presentes nas instituições educacionais, as ameaças de privatização, o ambiente de trabalho muitas vezes precário, com níveis insatisfatórios de iluminação e temperatura, além de violência nas salas de aula, são situações determinantes de morbidades. Com isso tudo, inevitavelmente, o atendimento a todo esse rol de exigências pode ocasionar uma carga mental excessiva, cansaço permanente, depressão e estresse (CODO, 2006). Para Lima e Filho (2009), essa situação provoca um expressivo desgaste biológico e psíquico no educador, que pode ser observado a partir da maior prevalência de determinadas doenças nesta categoria.

Dentre estas doenças, a *Síndrome de Burnout* acomete principalmente os trabalhadores que lidam com o atendimento de pessoas em suas profissões e é caracterizada por sintomas de exaustão emocional, despersonalização e falta de realização profissional (CUNHA, 2009). Burnout é uma síndrome típica do trabalho, processo que ocorre em resposta ao estresse ocupacional crônico, trazendo consequências negativas em nível profissional e individual, bem como para a família e sociedade (SANTANA *et al.*, 2012). Para Cunha (2009), a exigência de se ter um profissional flexível e polivalente sem lhes propiciar as condições para tal, noutra ponta a tensão vivida entre professores e alunos, correções de provas e trabalhos numa rotina repetitiva, resulta num quadro de tensão e desequilíbrio emocional, contribuindo para o desenvolvimento do *Burnout*.

Outra fonte de doenças ocupacionais nesse grupo é proveniente da sobrecarga das cordas vocais, decorrente do extensivo trabalho diário com aulas expositivas, não raramente realizadas em ambientes sem ventilação e com uma quantidade excessiva de alunos, exigindo o aumento do tom de voz. Estes fatores, segundo Servilha e Ruela (2008), contribuem à rouquidão, à fadiga vocal, ao ardor na garganta, ao esforço ao falar, à dificuldade em projetar e manter a intensidade da voz, prejudicando o ensino-aprendizagem, dificultando a atividade, haja vista que a voz, fala e linguagem são recursos didáticos e de interação professor-aluno (SILVÉRIO *et al.*, 2008).

As dores musculoesqueléticas podem ser outra condição proveniente do excesso de trabalho associado às situações psicossociais não favoráveis do trabalho que acarretam o agravamento e o surgimento de quadros algícos acometendo os braços, as pernas e a coluna, tornando-se um problema que compromete a atividade e o desempenho dos professores, afastando-o de seu labor (CARDOSO *et al.*, 2011). Pesquisas realizadas com esta categoria profissional descrevem altos percentuais de sintomas osteomusculares, como dor, formigamento ou dormência que afetam principalmente as regiões das partes superior e inferior das costas, pescoço e ombros (FERNANDES *et al.*, 2009).



A partir dos pressupostos apresentados, a presente pesquisa visou identificar a prevalência de doenças ocupacionais em um grupo de docentes do ensino superior, bem como investigar os fatores associados a estas.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória utilizando a abordagem quantitativa. Os dados foram coletados por meio de um questionário eletrônico disponibilizado por meio de um *link* a 447 docentes do Centro de Ciências da Saúde (CCS) de uma universidade localizada no Vale do Itajaí. O questionário abordava informações sociodemográficas e ocupacionais, tais como: gênero, idade, estado civil, tempo de atuação, carga horária semanal e em fins de semana, afastamentos do trabalho, lazer e uso de medicamentos, considerando o período de 2013 e 2014. A pesquisa foi respondida por 57 participantes, o que corresponde a 12,7% da população total investigada.

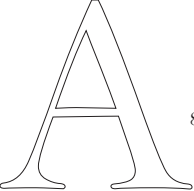
Os dados foram registrados a partir do formulário eletrônico do Google Docs, e as respostas foram acessadas por meio de um arquivo CSV para *download* com os dados das respostas. Os dados foram analisados através da estatística descritiva e inferencial, com descrição das frequências, médias ( $\bar{X}$ ) e desvio-padrão (D.P.) para as variáveis quantitativas, e frequências simples e relativas para as variáveis categóricas. Análises de correlação (*alpha* de *cronbach*) também foram realizadas.

A presente pesquisa foi realizada de acordo com os princípios e procedimentos éticos, atendendo às diretrizes da Resolução N.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, tendo recebido aprovação do Comitê Ético de Pesquisas, sob o Parecer N.º 973.975.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 57 docentes de um total de 447 oriundos de 10 cursos de graduação do CCS, o que corresponde a uma amostra representativa de 12,7% da população. Dentre os respondentes, 45 (79,0%) eram do sexo feminino e 12 (21,0%) do sexo masculino, em sua maioria casada(o)s (63%), apresentando uma idade média de 42,12 anos, (D.P.  $\pm$  14,68). De maneira geral, pode-se inferir que a população estudada é em sua maioria composta por mulheres, cuja média de idade sinaliza formação *Stricto Sensu* em idade jovem, uma vez que é esta modalidade formativa que habilita a docência em nível de Educação Superior. Alguns estudos apontam um crescimento do predomínio de mulheres na atividade docente (BRASIL, 2010; DIEESE, 2010).

Sobre os cursos de origem, houve uma maior participação dos docentes do curso de Psicologia, totalizando 26 docentes, o que corresponde a 46% dos participantes. Em seguida, a Odontologia (10%), Farmácia (9%) e Biomedicina (7%), sendo que 28% dos participantes eram de diversos cursos. Considerando o universo de 447 docentes do Centro de Ciências da Saúde, esta amostra de 57 participantes pode não representar esta população, principalmente pela grande concentração de participantes oriundos do curso de Psicologia. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa que utilizou como fonte de coleta de dados um questionário eletrônico e dado o tamanho da amostra, estes dados podem ser considerados representativos, pois representam 10% desta população. É necessário reconhecer a limitação da generalização destes dados a esta população. Todavia, é importante considerar que estes resultados podem identificar elementos importantes, representando mais fidedignamente os docentes do curso de Psicologia.



A carga horária semanal média dos participantes foi de 32,6 horas semanais (D.P  $\pm 11,01$ ), sendo que 70% da amostra possuem uma carga horária entre 30 e 40 horas semanais. A contratação de professores em um regime de 40 horas é estimulada pela universidade, todavia, se se considerar que estes necessitam preparar aulas e corrigir tarefas, esta carga horária, em geral, é superior a 40 horas. Além disso, outra questão é o duplo vínculo empregatício, pois 25 (44%) dos docentes mantêm duas ou mais atividades laborais, sendo que 14 trabalham de 20 a 40 horas semanais e 11 docentes de 11 a 20 horas. Estes dados podem indicar que muitos docentes têm uma carga horária superior a 40 horas. Além disso, adiciona-se o fato de que 75% dos participantes referem trabalhar regularmente aos fins de semana. Quarenta e quatro por cento referem uma carga horária aos finais de semana que varia entre 5 a 10 horas e 28% uma carga horária de 2 a 4 horas, o que vem a contribuir para a carga laboral destes docentes.

Quando todos esses aspectos são analisados em conjunto, pode-se inferir que se está diante de uma categoria que trabalha mais de 40 horas, provavelmente em torno de 50 horas por semana, o que certamente poderá acarretar sobrecarga física e mental. Para Zanelli (2010), o desequilíbrio entre as exigências do trabalho e as necessidades e expectativas pessoais abre caminho para o desgaste físico e emocional. Ou seja, o excesso de horas de trabalho pode ser um fator importante na etiologia do estresse ocupacional. Para este autor, os desdobramentos necessários para cumprir jornadas de trabalho longas podem influenciar na vida familiar, aumentar os níveis de estresse e contribuir para o desgaste físico e para a fadiga mental a estes docentes. Neste sentido, o mesmo autor coloca que trabalhadores estão levando tarefas para casa e ocupando suas horas de lazer executando e resolvendo problemas as quais antes eram feitas no local de trabalho.

No tocante ao tempo de atuação, a média foi de 16,7 anos (D.P  $\pm 7,74$ ), sendo que 55% dos participantes lecionam entre 11 a 20 anos. Considerando a idade média dos participantes, pode-se hipotetizar que se trata de uma população relativamente jovem.

Ao analisar os dados fornecidos sobre as atividades de lazer dos docentes, há um maior interesse nas atividades sociais 29 (51%) e em atividades físicas 23 (40%), sendo que 56% dos entrevistados referem ter entre 5 a 10 horas por semana de atividades de lazer, enquanto que 26% dos entrevistados ficaram na faixa de 2 a 4 horas. Para Zanelli (2010, p.33), “a atividade física contribui para o aumento da predisposição ao trabalho físico e mental, à diminuição do estresse, ao equilíbrio psicológico, à promoção da interação social, ao desenvolvimento da afetividade, à melhoria da integração social”. Constata-se que 91% do total dos docentes têm algum tipo de lazer, reforçando assim a premissa de que a qualidade de vida está relacionada com hábitos saudáveis, encarar as tensões diárias, consciência da força dos fatores ambientais, estar permanentemente equilibrado interiormente e na relação com os outros (ZANELLI, 2010). Isso se constata nas atividades de lazer desenvolvidas pelos professores que se preocupam com o corpo e com seus relacionamentos sociais.

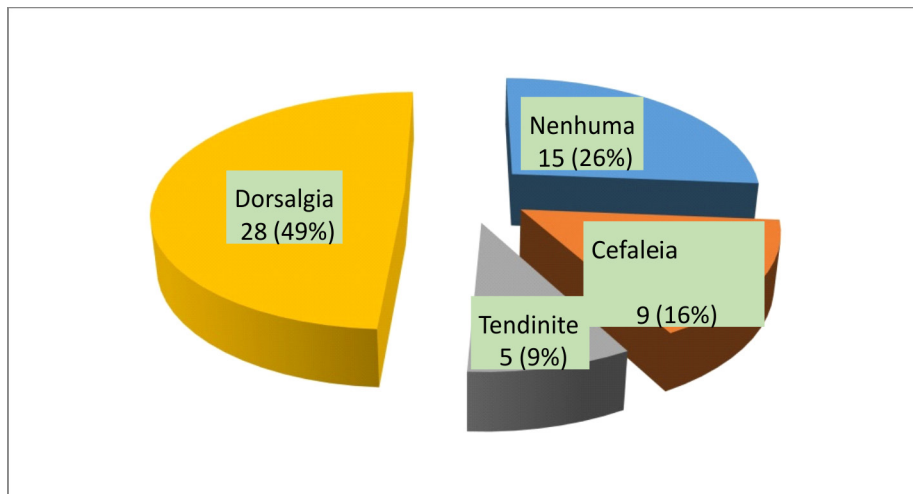
A seguir serão analisadas a frequência e a distribuição de algumas doenças e a relação entre alguns fatores.

Na Figura 1, observa-se uma prevalência importante de dorsalgia e cefaleia entre os docentes no período de 2013-2014. Ao comparar os dados coletados com a população em geral, nos quais cerca de 20% das pessoas apresentam dorsalgia ao longo da vida (STUMP, 2001), pode-se inferir que a prevalência de dorsalgia entre os docentes pesquisados é maior que na população em geral. Embora os dados do NETEP não indiquem uma maior prevalência desta doença entre



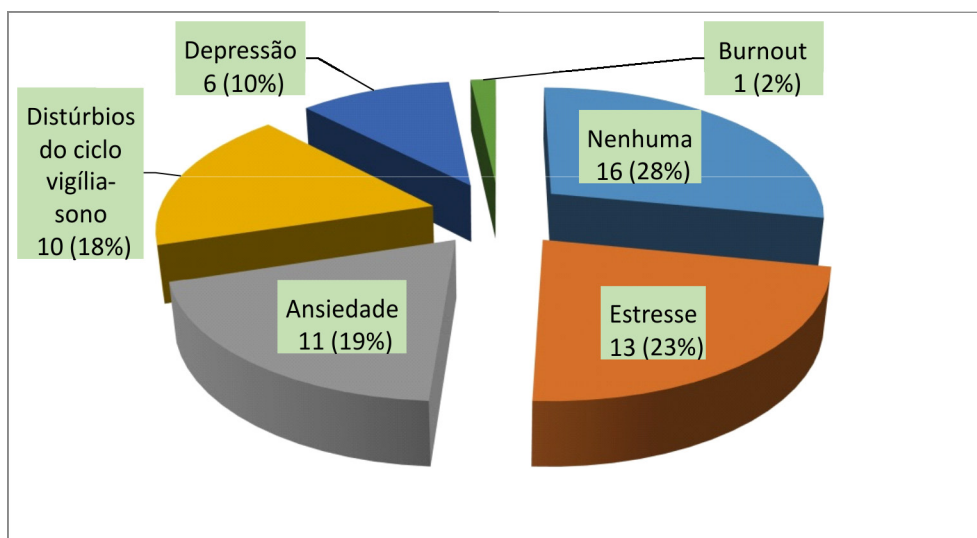
professores, referem que as doenças osteomusculares (dorsalgias e tendinite) são causadas por posições forçadas e gestos repetitivos, ritmo de trabalho penoso e condições difíceis de trabalho (BRASIL, 2007). O Conselho Federal de Medicina, por meios da Resolução 1488-98, art.2º, também estabelece critérios para caracterizar onexo causal entre os transtornos de saúde e as atividades do trabalhador, sendo que o médico deve considerar a história clínica e ocupacional, o estudo do local do trabalho, os dados epidemiológicos, os riscos, entre outros, ressaltando a necessidade de acompanhamento médico periódico dos docentes (CFM, 1998).

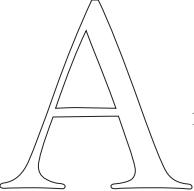
**Figura 1:** Doenças osteomusculares prevalentes entre os docentes



Embora não existam dados epidemiológicos suficientes, é possível inferir que a prevalência de dorsalgia em 49% dos docentes é alta e, embora não confirmada pelo NETEP (BRASIL, 2007), faz sentido do ponto de vista clínico, uma vez que os docentes passam longas horas sentados ou em pé ministrando aulas. Os longos períodos expostos a uma mesma posição podem contribuir para a dorsalgia. Permanecer sentado ou em pé durante muito tempo aumenta a possibilidade de desenvolvimento de dor lombar. Estes achados são confirmados por outras pesquisas (ALMEIDA *et al.*, 2008).

**Figura 2:** Sintomas psicológicos prevalentes entre os docentes





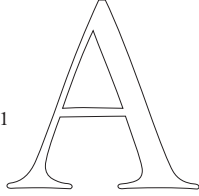
Dentre os participantes, durante o período de 2013-2014, há uma alta prevalência de sintomas psicológicos de diversas naturezas. Apenas 28% dos participantes referem não apresentar sintomas psicológicos. Por outro lado, alguns docentes apresentam mais de um sintoma. Os distúrbios de vigília e sono também foram sintomas frequentemente descritos pelos participantes, podendo ser considerados sintomas importantes de ansiedade, depressão e estresse. Comparando o percentual de estresse referido pelos docentes pesquisados (23%) com os índices descritos em nível nacional, cujas pesquisas indicam uma prevalência de 52% (CPCS, 2013), pode-se deduzir que, dentre os participantes desta pesquisa, a prevalência é consideravelmente menor. Entretanto, ao serem somados os percentuais da ansiedade e da depressão, estes se igualam aos dados nacionais. Dados do NETEP (2007) indicam que, no Brasil, os transtornos mentais já ocupam o terceiro lugar em concessão de auxílio-doença acidentária. O NETEP (BRASIL, 2007) reconhece que existe uma maior prevalência dos transtornos do grupo F40 a F49, transtornos do estresse, entre docentes da educação infantil (CNAE 8512). Embora, em termos de atividade laboral, estas duas categorias de docentes sejam diferentes, o fato de os docentes do ensino superior estarem desempenhando longas jornadas, extensiva aos fins de semana com quase cinquenta horas, atuarem em outras instituições, e de serem exigidos por tarefas exclusivamente mentais, pode contribuir para o aumento do nível de estresse e de outros sintomas psíquicos.

Diferentes modelos teóricos trazem luz à compreensão do processo de adoecimento no trabalho. Dejours (2014), tendo como base o trabalhador e o modelo freudiano, sugere que a diminuição da tensão e a descarga da energia pulsional se traduzem na origem do prazer, ou seja, do alívio da carga psíquica de trabalho, porém a organização do trabalho, ao se opor a essa descarga, limita a realização desse desejo, provocando o conflito do aparelho psíquico que, ao bloquear a tarefa gera o sofrimento, e essa persistência acaba deflagrando a doença. Para Zanelli (2010), as pessoas estão sendo pressionadas por exigências que são cada vez mais complexas nas organizações de trabalho, ocasionando demandas cognitivas e afetivas importantes. Nesse sentido, a relação entre aumento da demanda e redução da autonomia poderia contribuir para o adoecimento do trabalhador.

Para as neurociências, o estresse pode ser gerado por pressões externas biopsicossociais vindas do meio ambiente, ou internamente gerado pela própria pessoa. Quando existe um agente estressor atuando frequentemente, a síndrome geral de adaptação orgânica resulta em reações de alarme, resistência e exaustão visando resolver o problema (FRANÇA, 1999). Estudos epidemiológicos, realizados no Brasil pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília, também proveem fundamentos que sugerem onexo causal, em particular para justificar a inclusão no grupo II, que se refere à *Síndrome de Burnout* em professores (CODO, 1999). Os sintomas de ansiedade e depressão (19% e 10% respectivamente) também foram comuns na população estudada, e embora não possam ser classificados como transtornos, que em geral afetam 5% da população mundial (APA, 2014), podem ser considerados sintomas importantes.

Cerca de 44% dos docentes referem apresentar sintomas de rouquidão ou afonia, dado que pode ser considerado alto. A presença destes transtornos pode ser uma consequência do grande número de horas trabalhadas, demandando mais do sistema vocal. Estes dados são relevantes para alertar quanto à necessidade de se preservar o principal instrumento de trabalho do docente, sua voz, e essa condição pode não ocorrer num ambiente com a presença de ruídos externos. Nos períodos quentes de verão, adiciona-se a esse fato o uso dos aparelhos de ar-condicionado que, além dos ruídos, deixa o ar do ambiente mais seco, interferências por conversas de grupos de





alunos nos corredores em voz alta e interrupções às aulas. Todavia, os transtornos da voz não são tipificados como doença ocupacional em nenhuma atividade de ensino (BRASIL, 2007), o que, aliás, é de se estranhar, visto que o desgaste vocal produzido pela emissão repetitiva da fala deve contribuir para afecções da garganta. Por outro lado, alguns estudos demonstram um aumento da frequência deste transtorno em docentes, apontando percentuais similares aos encontrados por nosso estudo (CARDOSO *et al.*, 2011; SILVERIO *et al.*, 2008).

No que se refere à presença de doenças cardiovasculares, 16% dos participantes referiram apresentar hipertensão (HT). A HT é a mais prevalente de todas as Doenças Cardiovasculares (DCV), afetando mais de 36 milhões de brasileiros adultos, cerca de 18% da população. A HT é o maior fator de risco para lesões cardíacas e cerebrovasculares e a terceira causa de invalidez. A HT provavelmente está envolvida em 50% das mortes causadas por DCV (CIPULLO; MARTIN, 2009).

A prevalência de hipertensão encontrada nos docentes não é maior que na população em geral. Ou seja, a atividade de docência não parece ser um fator concausal para hipertensão. Além disso, o NETEP (2007) não relaciona a HT às atividades realizadas na área do ensino superior, isto é, quem atua nesse campo educacional não está sujeito à esta moléstia mais do que a população em geral.

No tocante ao uso de medicamentos, durante o período de 2013-2014, 14% dos participantes referem ter usado anti-inflamatórios; 12%, analgésicos; 12%, psicofármacos; 5%, relaxante muscular e hipertensivo; 25% usam outros medicamentos, sendo que 32% referem não usar nenhum tipo de medicação. O elevado consumo de analgésicos e psicofármacos corrobora a presença dos transtornos osteomusculares e sintomas psicológicos descritos pelos participantes.

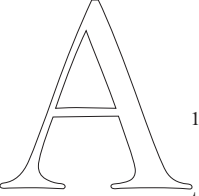
No que se refere aos afastamentos por doenças, apenas 11 participantes (19%), haviam se afastado do trabalho, sendo que 17% se afastaram por um período inferior a 15 dias. Quando estes dados são comparados com outras atividades profissionais, pode-se supor que se trata de uma população que adocece pouco, ou que apresenta doenças agudas, não necessitando se afastar por longos períodos. Segundo Araújo Júnior (2013), o que altera estes índices são aquelas doenças que têm origem no trabalho e são diagnosticadas como doenças comuns, como parece ser o caso dos transtornos da voz. Codo (2004) e Araújo Júnior (2013) apontam dificuldades para constituir onexo causal, quer considerando o trabalho como fator desencadeante, ou considerando-o como uma das variáveis de um conjunto complexo de determinantes, o que permite estabelecer o princípio da concausalidade.

Ao analisar as correlações entre algumas variáveis, não foram encontradas correlações significativas entre uma maior carga horária ou tempo de atuação e a presença de algum transtorno, contrariando a hipótese desta pesquisa.

A partir destes resultados, pode-se hipotetizar que a carga de trabalho não é o único determinante do adoecimento, substanciando, assim, estudos que demonstraram associações entre o processo de adoecimento e o desejo (DEJOURS, 2014), a motivação ou a satisfação, a fatores biológicos como idade e a outros fatores ambientais, como circunstâncias e condições de trabalho (BRASIL, 2007; CODO, 2006; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, ZANELLI, 2010).

## CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa sugerem que os professores da instituição pesquisada trabalham em média 32,60 horas na instituição e cerca de 8 horas em outras atividades, além de terem uma carga de



trabalho aos fins de semana de 4 horas, totalizando em média 44 horas de trabalho. Observou-se que a maioria dos docentes é do sexo feminino e sua idade média está em 42 anos, tendo um tempo de atuação na atividade acadêmica de cerca de 17 anos.

A prevalência de hipertensão (16%), cefaleia (16%) e dorsalgia (49%) nesta população parece não ser maior do que na população em geral. Entretanto, os professores referem com bastante frequência serem acometidos por sintomas de ansiedade, depressão, estresse e distúrbios do sono. Apenas 26% dos participantes referiram não apresentar nenhum sintoma psicológico. A presença de sintomas psíquicos reportados pelos participantes confirma as evidências descritas na literatura, ratificando que o exercício de determinadas atividades laborais pode ser um fator concausal na etiologia de doenças, podendo ser prevenido. Por outro lado, a alta frequência de sintomas psicológicos pode ter ocorrido em função da maior parte dos participantes serem docentes do curso de Psicologia e logo estarem mais aptos a identificarem estes sintomas. A prevalência de 44% de sintomas de rouquidão ou afonia entre os participantes pode ser considerada alta. A presença destes transtornos pode ser uma consequência do grande número de horas trabalhadas, presença de ruídos externos e uso contínuo de ar-condicionado, demandando mais do sistema vocal.

Estes dados são relevantes para alertar quanto à necessidade de se preservar o principal instrumento de trabalho do docente, sua voz. Embora esse tipo de moléstia não esteja relacionada às atividades de ensino superior, conforme os dados do NETEP (2007), o que, aliás, é de se estranhar, visto que o desgaste vocal produzido pela emissão repetitiva da fala deve contribuir para afecções da garganta, é preciso ter em conta as condições de intempéries ambientais que forçam os docentes a ter que elevar o tom da voz prejudicando sua saúde. Associado a isto, diversas pesquisas demonstraram a prevalência destas doenças entre professores. Estes dados devem contribuir para a construção de evidências que caracterizem a atividade docente como concausal para o desenvolvimento de transtornos da voz.

Os achados desta pesquisa devem ser interpretados com cautela, uma vez que o número de participantes (57) corresponde a apenas 12,7% da população pesquisada. Entretanto, 26 participantes são docentes de um curso específico, que representa 64% dos professores deste curso, número bastante representativo. Desta forma, os resultados talvez possam refletir mais a realidade dos professores deste curso do que dos docentes de toda a Instituição de Ensino Superior.

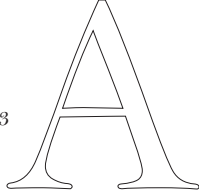
Os resultados da presente pesquisa demonstram a relevância de se continuar investigando a associação entre ambiente de trabalho e desenvolvimento de doenças ocupacionais. Estudos futuros devem investigar este problema com amostras maiores ou mesmo estudos de natureza qualitativa. Conhecer a prevalência deste problema pode permitir a realização de ações de prevenção e promoção à saúde. Espera-se que os resultados apresentados possam fornecer subsídios para que as Instituições de Ensino Superior desenvolvam métodos e estratégias visando a esta finalidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. C. G. B. *et al.* Prevalência de dor lombar crônica na população da cidade de Salvador. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 43, n. 3, p.96-102. mar. 2008.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO JUNIOR, F. M. **Doença ocupacional e acidente de trabalho: análise multidisciplinar**. 2. ed.



São Paulo; LTr, 2013.

ARAÚJO, T. M.; SENA, I. P.; VIANA M.A. Mal estar docente: Avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 29, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2005.

BOSI, A. de P. A. Precarização do Trabalho Docente nas Instituições de Ensino Superior no Brasil nestes Últimos 25 anos. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.101, p.1503-1523. set./dez. 2007.

BRASIL, Ministério da Previdência Social. Decreto-lei nº. 6042, de 12 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília – DF, 23 fev. 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde; Organização Pan-Americana de Saúde. **Doenças Relacionadas ao Trabalho**: Manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_relacionadas\\_trabalho1.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2016

BRASIL, IBGE. Censo 2010. Available from: <http://censo2010.ibge.gov.br/>.

CARAN, V. C. S. *et al.* Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p.255-261. abr./jun. 2011.

CARDOSO, J. P.; ARAUJO, T. M.; CARVALHO, F. M.; OLIVEIRA, N. F.; REIS, E. F. B. dos. Aspectos psicossociais do trabalho e dor músculo esquelética em professores. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p.1498-1506. ago. 2011.

CIPULLO, J. P.; MARTIN, J. F. V. Prevalência e Fatores de Risco para Hipertensão em uma População Urbana Brasileira, **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 94, n. 4, p. 519-526, 2010.

CODO, W. *et al.* (Org.). **O trabalho enlouquece?** Petrópolis: Vozes, 2004.

CODO, W. **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, W. **Por uma psicologia do trabalho**: ensaios recolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº.1488, de 11 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 06 mar. 1998

CRUZ, R. M.; SARDÁ, J. J. JR. **Perfil de agravos à saúde em trabalhadores de Santa Catarina**. Relatório de Pesquisa. Florianópolis. 2014.

CUNHA, K. W. V da. **A produção científica no Brasil nos anos 2003 a 2008 sobre Síndrome de Burnout e docência**. 57f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2009.

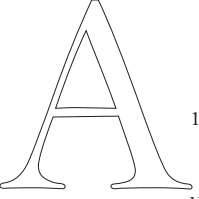
DEJOURS, C. *et al.* **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

DIEESE. Perfil econômico dos trabalhadores de Santa Catarina. Florianópolis: Dieese, 2010.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; OLIVEIRA, A. C. Fatores associados à prevalência de sintomas osteomusculares em professores. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v.11, n. 2, p. 256-267, abr. 2009.

FRANÇA, L. A. C.; RODRIGUES, A. L. **Stress e Trabalho**: uma abordagem psicossomática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, M. de F. E.; OLIVEIRA FILHO, D. de. Condições de Trabalho e Saúde do(a) professor(a)



universitário. **Ciência & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **List of occupational diseases. Identification and recognition of occupational diseases: Criteria for incorporating diseases in the ILO list of occupational diseases.** Genebra, v. 74. 2010.

REIS, A. L. P. P. dos; FERNANDES, S. R. P.; GOMES, A. F. Estresse e fatores psicossociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 4, p.712-725, dez. 2010.

SANTANA, A. M. C.; MARCHI, D. de; JUNIOR, L. C. G.; GIRONDOLI, Y. M.; CHIAPPETA, A. Burnout Syndrome, Working Conditions and health: a reality among public high school teachers in Brazil. **Work**, v. 41, n. 1, p. 3709-3717, 2012.

SERVILHA, E. A. M.; RUELA, I. de S. Riscos de Saúde e Voz dos Professores: Especificidades das Unidades da Rede Municipal de Ensino. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 109-114, jan./fev. 2008.

SILVERIO, K. C. A.; GONÇALVES, C. G. O.; PENTEADO, R. Z.; VIEIRA, T. P. G.; LIBARDI, A.; ROSSI, D. Ações em Saúde Vocal: proposta de melhoria do perfil vocal de professores. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 20, n. 3, jul./set. 2008.

STUMP, P.; FORNI, J. E. N.; TEIXEIRA, M. J.; SOUZA, F. P. de; MIURA, T. T. Dorsalgias. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 80, p. 335-340, 2001.

ZANELLI, J. C. (Coord.) **Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidencias.** Porto Alegre: Artmed, 2010.